

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: PEX 43

Data 12/11/78 Pg.: \_\_\_\_\_

### *Sueco ameaça divulgar prova contra a Funai*

CUIABA (Do Correspondente) — O naturalista sueco Arne Sucksdorf rebateu, em nota oficial à imprensa, as acusações do cacique xavante Mário Juruna de que ele teria pago propina de 30% do valor de suas terras a três altos funcionários da Funai, em troca de uma certidão negativa de sua propriedade que foi anexada ao Parque Nacional do Xingu, ameaçando divulgar um dossiê com farto material que comprovaria sua inocência e atos de corrupção e surborno envolvendo funcionários da Fundação Nacional do Índio.

O naturalista sueco negou-se, no entanto, a divulgar o documento, agora, "para evitar

um escândalo internacional" e, porque ainda não é "brasileiro naturalizado, o que me impede de intrometer em questões políticas, principalmente agora, a poucos dias das eleições de 15 de novembro".

#### ACUSAÇÕES

Mário Juruna acusou, na semana passada, Laia Mattar Rodrigues, do Departamento Geral do Patrimônio Indígena, o consultor jurídico Getúlio Barros Barreto e Ronaldo Quirino do Nascimento, todos funcionários da Funai, de estarem envolvidos na extorção de 30% do valor dos 60 mil hectares de terras que Arne Sucksdorf recebeu do Incra, em 1958, no norte do Mato Grosso, para desenvolver pesquisas na fauna e flora da região.

Com a criação do Parque Nacional do Xingu e sua posterior ampliação, as terras foram anexadas ao parque sob a alegação de que eram habitadas pelos índios e que, sendo assim, não careciam de indenização.

#### GRAVAÇÃO

Arne Sucksdorf contesta o cacique Juruna afirmando, em sua declaração, que possui provas, cujas gravações feitas no ano passado, foram "investigadas pelo SNI e consideradas autênticas" e que comprovariam propostas de "corrupção e desonestidade" feitas a ele por um emissário da Funai que, segundo ele, foram presenciadas e ouvidas por sua mulher e três testemunhas que se mantiveram ocultas. Arne também esclarece que as gravações foram feitas a partir de um sistema de escuta montado em sua casa, mas mantém em sigilo o nome do funcionário.

Em 1977 — prossegue — ciente do material comprobatório que possuía, decidiu levá-lo ao conhecimento do presidente Ernesto Geisel, "ao qual havíamos sido apresentados e no qual depositávamos confiança", mas que, a 8 de maio do mesmo ano, a Polícia Federal "invadiu" sua casa e, alegando "ordens de Brasília", confiscaram uma parte do material já que a outra "se encontrava guardada em um cofre de uma embaixada (da Suécia)".

#### INQUÉRITO

Sucksdorf comentou por outro lado, que o presidente da Funai, general Iamath de Oliveira, tomou conhecimento das propostas gravadas, mas que não tem notícia da abertura de um inquérito administrativo para comprovar a veracidade delas, somente "um desmentido da Funai" depositando "total confiança em seus funcionários".

"Após as denúncias, já se passou um ano e somente há alguns meses foi entregue o assunto ao juiz federal de Cuiabá, o qual após estudá-lo passará o mesmo à 2.ª Vara Criminal e ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso", que julgará o inquérito.

Segundo Arne, as acusações de Mário Juruna tem por objetivo "me obrigar a vir a público para contar a verdade sobre determinados fatos de meu conhecimento", os quais, segundo o naturalista, "não podem ser considerados como simples fofoca" e que "nunca poderá desmoralizar o Governo, mas, ao contrário, deverá trazer-lhe mais prestígio".